



As pessoas com deficiência no ensino superior: pesquisa acadêmica e engajamento político

Autor: Manoel José Passos Negraes (*)

Meu objetivo, neste ensaio, é apresentar algumas reflexões acerca de três questões que estão interligadas: a inserção de alunos e alunas com deficiência no ensino superior, a atuação desses alunos e alunas dentro do campo de pesquisa denominado Estudos sobre Deficiência (*Disability Studies*) e, por fim, o forte vínculo estabelecido entre essa atuação acadêmica e o engajamento político, a militância e a formulação de políticas públicas inclusivas.

Para isso, recorro aos artigos de Megan Lee (2012) e João Pacheco de Oliveira (2009), que debatem a produção do conhecimento sobre as diferenças na academia, dentro do contexto da globalização. Também, utilizo elementos da minha experiência pessoal – enquanto estudante e pesquisador com deficiência visual – e apontamentos retirados do artigo escrito por Bruno Sena Martins, Fernando Fontes, Aleksandra Berg e Pedro Hespanha (2012).

Ao ingressar no curso de Sociologia e Política, em 1998, eu já tinha o diagnóstico de retinose pigmentar, já convivía com uma baixa visão, mas ainda não me reconhecia como uma pessoa com deficiência, inclusive escondendo, em muitas situações sociais, o fato de não enxergar bem. Somente em 2001, após ter conhecido duas instituições de reabilitação, no momento de escolher o tema para o Trabalho de Conclusão de Curso, percebi que a deficiência poderia constituir um objeto a ser pesquisado.

Dessa forma, posso dizer que o interesse pelo tema, enquanto um estudante de Ciências Sociais surgiu ao mesmo tempo em que eu me reconhecia enquanto um sujeito com deficiência, pertencente a um grupo que enfrenta inúmeras dificuldades. E, entre elas, eu me lembro de duas que percebi na época e que destaco nesse ensaio: as barreiras que boa parte das pessoas com deficiência encontra para ingressar e permanecer em instituições de ensino superior e a pouquíssima produção acadêmica sobre o assunto na área que escolhi.

Segundo dados do Censo da Educação Superior, divulgados recentemente pelo Ministério da Educação, entre 2004 e 2014, o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior cresceu muito no país. Em 2004, cerca de 5.400 pessoas com deficiência se matricularam em universidades, o que representou 0,12% do total de matrículas. Já em 2014, foram mais de 33 mil matrículas de pessoas com deficiência, porém o percentual não chegou a 0,5% do total de alunos matriculados.



Os resultados mostram que, apesar do aumento significativo no número de alunos com deficiência, as diversas medidas governamentais, como o ProUni, o FIES e o Enem, colaboraram muito mais para o ingresso no ensino superior de alunos sem deficiência do que de alunos com deficiência. Isso reflete, acredito, entre outras coisas, uma forte relação entre deficiência e pobreza – condição de classe –, isto é, um exemplo da dupla vulnerabilidade que impede o acesso à educação das pessoas com deficiência em países em desenvolvimento.

Esse não é o meu caso, sou uma pessoa com deficiência visual de classe média, sempre estudei em escola particular e não enfrentei grandes dificuldades para passar no vestibular. Entretanto, eu me lembro que no universo acadêmico fui tratado com certa “condescendência protetora” (Lee, 2012) quando assumi a minha condição, sendo visto como “exemplo de superação” pela ampla maioria e, para alguns professores, como alguém que supostamente tinha muito mais dificuldades para estudar do que alunos que realmente as tinham por condições sociais e econômicas.

Esse primeiro “estigma” me incomodou muito na época e passei a apontar o fato de eu ser uma pessoa com deficiência privilegiada, fato este reconhecido pelos colegas vindos de escolas públicas e moradores de bairros periféricos, no entanto pouco aprofundado por eles e pelos professores.

Megan Lee (2012), a partir da sua experiência, apresenta questionamentos sobre o ingresso de alunos pobres em universidades que servem para refletir sobre a inserção de alunos com deficiência. A autora questiona, por exemplo, se ela não estaria sendo cúmplice na renovação e perpetuação da hierarquia de classe; mais ainda, questiona se não estaria se tornando uma “deles” em uma sociedade construída entre “nós” e “eles”, imersa no conflito entre continuar oprimida ou colaborar com o opressor.

Considero dois questionamentos importantes que devemos aprofundar dentro da universidade. Primeiro, pela própria questão de classe, visto que o fator econômico é uma barreira até maior que a própria deficiência para chegar ao ensino superior e que a combinação dos dois fatores é um problema complexo a ser enfrentado. Segundo, porque justamente a universidade pode contribuir para enfrentar esse problema, ao transformar o conhecimento hegemônico e superficial que ainda produz sobre a questão da deficiência.

Esse conhecimento, desenvolvido por vários ramos do saber científico, por omissão ou cumplicidade, reforça não apenas a hierarquia de classe, mas também a lógica da opressão social vivida pelas pessoas com deficiência e, por exemplo, naturalizada pelo saber médico. Contudo, ainda hoje, o tema da



deficiência permanece praticamente invisível em diversas áreas que poderiam aprofundá-lo, sobretudo na antropologia e na sociologia.

Nesse sentido, acredito que nós, pessoas com deficiência que escolhemos essa área e, em particular, esse tema, devemos enfrentar os desafios para dar voz a esse grupo oprimido e importância ao engajamento da investigação acadêmica, de forma ética e política, em defesa dos nossos direitos (Martins et al., 2012). Com isso, estaremos colaborando para não correr um risco comum nas universidades, apontado por Lee (2012): formar profissionais que dizem entender a experiência da opressão, mas que silenciam e ignoram a experiência efetiva de pessoas oprimidas.

Os Estudos sobre Deficiência (*Disability Studies*) surgiram nos Estados Unidos e no Reino Unido, nos anos 1970, exatamente para combater essa invisibilidade, a partir de um compromisso político contra a opressão social e a autoridade de profissionais da saúde. Desenvolvidos, no início, por homens com deficiência física, esses estudos foram enriquecidos a partir dos anos 1990 por críticas feministas que muito contribuíram para uma visão ampla sobre o assunto.

Desde então, esse campo de pesquisa, tendo como ferramenta o modelo social da deficiência (e seus desdobramentos), questiona a eficácia de um paradigma científico positivista, de uma ciência exata, supostamente objetiva, neutra e distanciada, afirmando a necessidade de uma ciência crítica, politizada e capaz de produzir, por meio da “Investigação Emancipatória da Deficiência”, uma mudança tanto na vida das pessoas com deficiência e na sociedade, quanto na forma de fazer ciência (Oliver, 1992 *apud* Martins et al., 2012).

Porém, quando demonstrei, em 2001, interesse em estudar a deficiência não recebi nenhuma referência sobre os *Disability Studies* por parte dos professores, apenas indicações de autores ligados ao interacionismo simbólico (Goffman e Becker), que pouco ou nada politizam a questão. Esse fato reforça a invisibilidade do tema e, mais do que isso, acredito, uma recusa do engajamento acadêmico, ou o “mal estar” destacado por Oliveira (2009), pois os professores, no geral, sempre me alertaram para o distanciamento que eu deveria manter na minha pesquisa.

Oliveira (2009) analisa esse “mal estar” dentro da antropologia e alguns questionamentos que o processo de globalização – e de descolonização – trouxe para a disciplina. Debate se os antropólogos não estariam se envolvendo excessivamente com questões políticas de grupos indígenas, minorias e movimentos sociais, colocando em risco a objetividade da pesquisa científica e o estranhamento necessário para a neutralidade.



Na opinião de Oliveira (2009), esse “mal estar” resulta de um descompasso entre as práticas cotidianas de pesquisa e as auto representações e as verdades operacionais da disciplina que formam e orientam os valores e as identidades dos novos antropólogos. Em outras palavras, esse “mal estar” surge da revisão e da adaptação de antigas técnicas, do surgimento de novos objetos de pesquisa e de uma transformação profunda na relação entre os pesquisadores e esses objetos.

Nesse novo contexto, um primeiro passo para eliminar esse “mal estar” é definir como base a contemporaneidade, na qual pesquisador e seu objeto compartilham de um mesmo tempo histórico. Assim, ao privilegiar o trabalho de campo como instrumento de conhecimento, o pesquisador deve estabelecer um caráter situacional e dialógico (processo de comunicação) com o grupo pesquisado, reconhecer os direitos e a cidadania desses grupos e atribuir valor aos seus interesses (Oliveira, 2009).

Esse modelo contemporâneo de atuação, por sua vez, é similar ao proposto pela “Investigação Emancipatória da Deficiência”, na medida em que esta defende uma responsabilização do investigador frente aos sujeitos investigados e o uso de metodologias de investigação adaptáveis para conhecer a realidade complexa da deficiência e valorizar as múltiplas vozes desse grupo heterogêneo (Martins et al., 2012).

Outro passo importante para superar o “mal estar”, segundo Oliveira (2009), é a valorização da interdisciplinariedade, condição fundamental para responder à complexidade das demandas atuais dos grupos estudados com base em conceitos, métodos e problemáticas de diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, é importante ressaltar que os *Disability Studies* sempre valorizaram o diálogo permanente entre pesquisadores de áreas distintas e complementares.

Além disso, os autores (Oliveira, 2009; Martins et al., 2012) destacam que a participação dos grupos pesquisados é fundamental na realização das pesquisas, contribuindo para definir seus objetivos e seus métodos de execução e, principalmente, sobre o modo como os resultados poderão influenciar a mudança social. Mais ainda, em oposição à dualidade sujeito/objeto, destacam as transformações que ocorrem na situação etnográfica, durante o processo dinâmico de investigação, a partir de desafios singulares e originais trazidos pela interlocução (Oliveira, 2009; Oliver, 1992, 2002 *apud* Martins et al., 2012).

Por outro lado, uma maior participação das pessoas com deficiência nas pesquisas nem sempre significa um compromisso com a transformação social necessária (Martins et al., 2012), visto o distanciamento entre a academia e o



grupo em questão e a forte presença do modelo médico da deficiência nos debates políticos. Como destaca Oliveira (2009), os movimentos sociais mantêm com aqueles que decidem pesquisá-los relações complexas, marcadas por opções políticas, culturais e identitárias bem variadas em situações etnográficas distintas.

Desse modo, concordo que o antropólogo não pode mais pesquisar exclusivamente aquilo que é interesse da academia, justificado por sua relevância científica e decidido entre ele e a instituição universitária (Oliveira, 2009). Porém, abandonar qualquer ilusão de neutralidade, a relação unilateral com o objeto e estabelecer um compromisso com as demandas atuais dessas coletividades significa também optar por um posicionamento no debate entre interesses e valores contraditórios internos ao grupo (entre conservadores e progressistas).

Sobre isso, acredito que ampliar o acesso de pessoas com deficiência das classes baixas ao ensino superior e, conseqüentemente, a possibilidade delas serem as protagonistas nas pesquisas sobre deficiência é um avanço essencial para garantir que os resultados dessas pesquisas reflitam os anseios da maioria desse segmento populacional.

É lógico que isso não é uma relação mecânica, nem uma regra fixa, mas esse protagonismo acadêmico, marca dos *Disability Studies*, é uma reivindicação crescente ressaltada por Oliveira (2009).

Para isso, contudo, como sugere Lee (2012), é necessário desprezar a ilusão simplista de meritocracia e, sendo a pobreza conflito, promover, ampliar e valorizar as ações afirmativas – por exemplo, cotas para pessoas com deficiência nas universidades, em concursos públicos e no mercado de trabalho – que favoreçam e intensifiquem o aumento do poder aquisitivo das pessoas com deficiência e o processo de transformação social.

Em outras palavras, para a autora, lutar por uma educação economicamente acessível é lutar, de maneira ampla, contra a pobreza, a desumanização e a exploração; é lutar para transformar as universidades de instituições que reforçam as hierarquias opressivas em instituições que eliminam essas hierarquias, visto que as universidades ainda são instituições classistas.

Portanto, por um lado, devemos deslegitimar a visão negativa de que uma posição mais politizada dos antropólogos é prejudicial para a disciplina, valorizando uma postura científica dialógica, compromissada e respeitosa com os movimentos sociais estudados (Oliveira, 2009). E, no caso das pessoas com deficiência, os contextos nacionais e internacionais apresentam inúmeros temas



que devem ser aprofundados por essa disciplina, como questões identitárias, as relações entre deficiência e pobreza e deficiência e gênero, entre outras.

Por outro lado, é fundamental que pessoas com deficiência pobres alcancem o ensino superior e tenham a possibilidade de debaterem – na antropologia ou de forma geral, dentro e para além dos muros da universidade – as questões relevantes sobre a sua condição, evitando assim que os *Disability Studies* sejam abstratos, distantes da realidade, como Lee (2012) observou em relação ao feminismo que encontrou na universidade.

Mais ainda, as pessoas com deficiência devem ter a oportunidade de tomar um pouco do poder desenvolvido na academia e controlar como esse poder será usado, questionando qual conhecimento é legítimo e identificando como é construída a lógica da opressão (Lee, 2012). O lema do movimento de pessoas com deficiência é “nada sobre nós, sem nós” e isso deve ser praticado e difundido dentro do universo acadêmico como base da emancipação desse grupo historicamente excluído.

Referências bibliográficas

LEE, Megan. “Talvez eu não esteja em ascensão social, talvez eu esteja questionando as hierarquias de classe’: jovens pobres na universidade e a sobrevivência sob a hierarquia”, e-cadernos CES, nº 18, 2012[2011], (Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical), Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 132-139.

MARTINS, Bruno Sena; FONTES, Fernando; HESPANHA, Pedro; e BERG, Aleksandra. “A emancipação dos estudos da deficiência”, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 98, 2012, Coimbra, pp. 45-64.

OLIVEIRA, João Pacheco. “Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal estar na Antropologia”, Cadernos do Leme, vol. 1, nº 1, jan-jun 2009, Campina Grande, pp. 2-27.

Manoel Negraes – Pós-graduado em Sociopsicologia (2005) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP), Pós-Graduando em Antropologia Cultural, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), e em Tradução Audiovisual Acessível – audiodescrição, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Bacharel em Sociologia e Política (2002). Entre 2007 e 2016 foi redator e produtor do programa de rádio Minuto da Inclusão (MID – Comunicação e Cidadania). Entre 2013 e 2016 atuou como Coordenador de Políticas Públicas e Defesa de Direitos na Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Prefeitura Municipal de Curitiba. Atua em diversos projetos e ações na área de inclusão social, direitos humanos e cidadania de pessoas com deficiência, entre eles o Movimento Encarte na Faixa, os SuperNormais e o Coletivo Bengala Verde. É sócio-proprietário da Vias Abertas – Comunicação, Cultura e Inclusão. Contato: manoel.mid@gmail.com.